A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DE CONFLITOS

LA JUSTICIA RESTAURATIVA COMO ESTRATEGIA DE TRATAMIENTO DE LOS CONFLICTOS ¹

Deilton Ribeiro Brasil ²

Resumo. A Justiça Restaurativa consiste em uma nova tentativa de dar resposta à infração penal, baseada em valores, que tem como principal objetivo a reparação dos danos oriundos dos delitos causados às partes envolvidas - vítima, ofensor e comunidade. Constitui-se em uma forma de congregar as pessoas com o objetivo de se chegar ao entendimento mútuo para a construção de uma efetiva cultura de paz. Não há no ordenamento jurídico brasileiro lei que a contemple de forma expressa. O que existe são determinados espaços normativos que podem ser utilizados para sua aplicação. O que se requer é a existência de dispositivos legais que recepcionem medidas como reparação-conciliação ou soluções consensuais, afastando a possibilidade de pena ou atenuando-a.

Palavras-Chave: Justiça Restaurativa; Justiça Retributiva; Tratamento dos conflitos.

Resumen. La Justicia Restaurativa consiste en un nuevo intento de responder a la infracción penal, basada en valores, que tiene como objetivo reparar el daño hecho por los delitos causado a las partes involucradas - víctima, delincuente y la comunidad. Es un medio de reunir a la gente con el fin de llegar a un entendimiento mutuo para construir una cultura efectiva de paz. No hay ninguna ley en la legislación brasileña que contempla eso expresamente. Lo que existe son ciertos espacios normativos que se pueden utilizar para su aplicación. Lo que se requiere es la existencia de disposiciones legales que se aprueban medidas como soluciones de reparación o de reconciliación consensual, lo que elimina la posibilidad de la pena o atenuantes.

Palabras-clave: Justicia Restaurativa; Justicia Retributiva; Tratamiento de los conflictos.

¹ Artigo apresentado no III Congresso Nacional da Federação Nacional dos Pós-Graduandos em Direito- FEPODI no período de 28 a 29 de agosto de 2014 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP.

² Pós-Doutorando pelo CENoR da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Pós-Doutorado pelo IGC-CDH da FDUC. Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho - RJ. Mestre em Direito pela Milton Campos - BH. Professor FDCL/IPTAN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1342540205762285>. E-mail: deilton.ribeiro@terra.com.br

Introdução

Segundo Zehr (2012, p. 14), a Justiça Restaurativa começou como um esforço para lidar com assaltos e outros crimes patrimoniais que em geral são vistos (em muitos casos incorretamente) como ofensas de menor potencial ofensivo. Nos dias atuais, as abordagens restaurativas como os “círculos” estão ultrapassando o sistema de justiça criminal e chegando a escolas, locais de trabalho e instituições religiosas. Assim, a Justiça Restaurativa representa um novo horizonte, uma nova tentativa de dar resposta à infração penal e atender, de forma integral, vítimas, ofensores, comunidades e a sociedade para a construção de uma efetiva cultura de paz (PRUDENTE, 2011, p. 64).

A prática restaurativa vem sustentando que a punição não constitui real responsabilização. A verdadeira responsabilidade consiste em olhar de frente para os atos que praticamos, significa estimular o ofensor a compreender o impacto de seu comportamento, os danos que causou – e instá-lo a adotar medidas para corrigir tudo o que for possível. Também se preocupa em especial com as necessidades das vítimas de atos ilícitos, aquelas necessidades que não estão sendo adequadamente atendidas pelo sistema de justiça criminal vez que o crime é definido como ato cometido contra o Estado, e por isso o Estado toma o lugar da vítima no processo (ZEHR, 2012, p. 24-27).

Pranis (2010, p. 15) ensina que essa nova metodologia denominada “círculos” consiste em uma nova forma de congregar as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relacionamentos e resolver problemas grupais. Sua origem é muito antiga. Ela se inspira na tradição dos índios norte-americanos de usar um objeto chamado bastão de fala, que passa de pessoa para pessoa dentro do grupo, e que confere ao seu detentor o direito de falar enquanto os outros ouvem. Essa antiga tradição se mescla aos conceitos contemporâneos de democracia e inclusão, próprios de uma complexa sociedade multicultural.

O termo “Justiça Restaurativa” é um conjunto de princípios, uma filosofia, uma série alternativa de perguntas paradigmáticas. Oferece uma estrutura alternativa para pensar as ofensas (ZEHR, 2012, p. 15). Conforme Prudente (2011, p. 62), não há no ordenamento jurídico brasileiro dispositivo que contemple de forma expressa a Justiça Restaurativa. O que existe são determinados espaços normativos que

podem ser utilizados para sua aplicação. Nesse sentido, Sica (2007, p. 225) acrescenta ainda que as práticas restaurativas não exigem *a priori* previsão legal específica para serem utilizadas no âmbito penal. O que se requer, apenas, é a existência de dispositivos legais que recepcionem medidas como reparação-conciliação ou soluções consensuais, afastando a possibilidade de pena ou atenuando-a.

Metodologia

Esta pesquisa tem como fundamento básico metodológico a pesquisa de natureza descritiva, desenvolvida por meio de raciocínio dedutivo. A abordagem é de caráter investigativo que envolve o levantamento bibliográfico, legislativo e doutrinário.

Resultados e discussão

Para Zehr (2008, p. 170-172), a Justiça Restaurativa parte de três princípios fundamentais: I) O crime causa um dano às pessoas e às comunidades; II) Causar um dano acarreta uma obrigação; III) A obrigação principal é reparar o dano. Por sua vez, Prudente (2008) enumera quatro elementos centrais que são denominados de valores: I) Encontro; II) Participação; III) reparação e IV) Reintegração. Em relação às práticas, para Tello (2008, p. 2003-205), as formas mais conhecidas de Justiça Restaurativa são: I) Mediação vítima-ofensor, que consiste no encontro entre vítima e ofensor; II) Conferências familiares – nesses encontros, além da vítima e do ofensor, se incluem os familiares ou pessoas de apoio do ofensor e da vítima e os demais que tendem a participar na qualidade de agentes do Estado como a polícia e assistentes sociais; III) Círculos, além de incluir a vítima e o ofensor, seus respectivos familiares e apoios, estão abertos a qualquer pessoa representativa da comunidade que tenha um interesse em envolver-se no assunto. Os membros do sistema judicial também podem participar.

No âmbito jurídico, Prudente (2011, p. 62) enumera alguns dispositivos da legislação brasileira colaboram com as práticas restaurativas. É o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95 e Lei 10.259/01); do Estatuto do Idoso (art. 94 da Lei 10.741/03); da Lei dos crimes ambientais (Lei 9.605/98); nos casos de suspensão condicional do

processo (art. 89, Lei 9.099/95); Crimes de Trânsito (art. 291 da Lei 9.503/97); Crime de uso de substância entorpecente (art. 28 *et seq.*, Lei 11.343/06); Lei Maria da Penha (arts. 29 e 30, Lei 11.340/06); nos crimes de calúnia e injúria (art. 138 *et seq.* do CP/arts. 519 *usque* 523 do CPP); nos crimes de ação penal privada ou ação pública condicionada; no perdão judicial (art. 120 do CP), entre outros. Alguns outros dispositivos penais relacionados com a reparação do dano corroboram para a Justiça Restaurativa, tais como: arrependimento posterior (art. 16 CP); progressão de regimes penitenciários nos crimes contra a Administração Pública (art. 33, §4º do CP); atenuante genérica (art. 65, III, “b” do CP); causa de revogação do *sursis* (art. 81, II do CP); livramento condicional (art. 83, IV do CP); efeito genérico da condenação (art. 91, I do CP); reabilitação criminal (art. 94, III do CP); estelionato mediante emissão de cheque sem provisão de fundos (art. 171, §2º, VI, do CP); extinção da punibilidade no peculato culposo (art. 312, §§ 2º e 3º do CP); extinção da punibilidade no crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A, §2º do CP), entre outros.

Registra-se ainda que a Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional recepcionou os conceitos essenciais da Justiça Restaurativa no seu art. 35, inciso III em que dá “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas” abrindo caminho para a construção de uma justiça juvenil restaurativa para atender os adolescentes infratores.

Pedroso; Trincão; Dias (2003, p. 162-163) e Robalo (2012, p. 81) elencam como vantagens o fato de, com os processos de Justiça Restaurativa poder o agente e a vítima ser colocados frente a frente, estando ambos os sujeitos numa situação de igualdade, sendo fundamental que a participação seja voluntária, pois só desta forma serão atingidas as finalidade almejadas. Também não se considera o crime tão somente ou primordialmente como uma ofensa aos valores comunitários, visto que se tem em conta o prejuízo causado pelo delito. Por outro lado, estes processos facilitam a exposição das necessidades sentidas por cada um dos intervenientes, quer da vítima ao poder expressar o mal que lhe foi causado pelo crime, quer do próprio agente ao poder “justificar-se” e, conseqüente e eventualmente, desculpar-se

podendo assim aceitar as suas responsabilidades e obrigações. Logo, a Justiça Restaurativa encoraja a colaboração e a reintegração, mais do que a coerção e o isolamento. Pretende estabelecer ou restabelecer, a igualdade social.

Robalo (2012, p. 82-83) acrescenta ainda a maior celeridade na resposta a dar à conduta do agente. Dessa forma, os procedimentos restaurativos são necessariamente mais céleres que o decurso de um processo penal comum. Destaca-se ainda a economia de custos e despesas processuais.

Conclusões

1. A Justiça Restaurativa é um processo para envolver, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e indireitar as coisas, na medida do possível (ZEHR, 2012, p. 49).

2. Para a Justiça Restaurativa o crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança enquanto que para a Justiça Retributiva o crime é uma violação contra o Estado, definida pela desobediência à lei e pela culpa. A justiça determina a culpa e inflige dor no contexto de uma disputa entre ofensor e Estado, regida por regras sistemáticas (ZEHR, 2012, p. 170-171).

3. A Justiça Restaurativa amplia o círculo dos interessados no processo (aqueles que foram afetados ou têm uma posição em relação ao evento ou ao caso) para além do Estado e do ofensor, incluindo também as vítimas e os membros da comunidade. Possui especial atenção com as necessidades das vítimas de atos ilícitos, aquelas necessidades que não estão sendo adequadamente atendidas pelo sistema de justiça criminal. Seu segundo maior foco de preocupação é a responsabilidade do ofensor. A verdadeira responsabilidade consiste em olhar de frente para os atos que praticamos, significa estimular o ofensor a compreender o impacto de seu comportamento, os danos que causou – e instá-lo a adotar medidas

para corrigir tudo o que for possível. Também os membros da comunidade têm necessidades advindas do crime e papéis a desempenhar, ou melhor, as comunidades sofrem o impacto do crime e, em muitos casos, deveriam ser consideradas partes interessadas pois são vítimas secundárias (ZEHR, 2012, p. 24-28).

Referências

PEDROSO, João; TRINCÃO, Catarina; DIAS, João Paulo. *Por caminhos da(s) reforma(s) da Justiça*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

PRANIS, Kay. *Processos circulares*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PRUDENTE, Neemias Moretti. Justiça restaurativa e experiências brasileiras. In: SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Doglas Cesar (Org.). *Justiça restaurativa e mediação: políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: Editora Ijuí, 2011.

PRUDENTE, Neemias Moretti. Justiça restaurativa: mudança de paradigma na justiça criminal. In: GONZALES, Everaldo Tadeu Quilici; VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina (Org.). *O direito no Brasil: passado, presente e futuro*. Rio Claro/São Paulo: Biblioética, 2008.

ROBALO, Teresa Lancry de Gouveia de Albuquerque e Sousa. *Justiça restaurativa: um caminho para a humanização do direito*. Curitiba: Editora Juruá, 2012.

SICA, Leonardo. *Justiça restaurativa e mediação penal: o novo modelo de justiça criminal e gestão do crime*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

TELLO, Nancy F. A justiça restaurativa: um programa integral de atenção e prevenção do delito. In: *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, São Paulo, nº 52, out./nov. 2008.

ZEHR, Howard. *Justiça restaurativa: teoria e prática*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2012.

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2008.